

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 20.264/11/3ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.000170887-37  
Impugnação: 40.010130218-26  
Impugnante: LF de Souza e Cia Ltda  
IE: 001020186.00-23  
Origem: DF/Varginha

### ***EMENTA***

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ARQUIVO ELETRÔNICO - ENTREGA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO.** Constatada a entrega do arquivo eletrônico do mês de fevereiro de 2010 sem os registros tipos “54” e “74”, em desacordo com a legislação tributária, conforme previsão dos arts. 10, 11 e 39, todos do Anexo VII do RICMS/02. Exigência da Multa Isolada prevista no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6.763/75. Infração caracterizada. Acionado o permissivo legal, art. 53, § 3º da citada lei, para cancelar a multa isolada. Lançamento procedente. Decisão unânime.

### ***RELATÓRIO***

#### **Da Autuação**

A autuação versa sobre a constatação da entrega do arquivo eletrônico do mês de fevereiro de 2010 sem os registros tipos “54” e “74”, em desacordo com a legislação tributária, conforme previsão dos arts. 10, 11 e 39, todos do Anexo VII do RICMS/02.

Exige-se a Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6763/75.

#### **Da Impugnação**

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente, por seu representante legal, Impugnação às fls. 09/14, com documento juntado às fls. 19, alegando em síntese o seguinte:

- não ser reincidente e se a irregularidade tivesse sido alertada pelo Fisco, teria providenciado a regularização como o fez em 12/08/11;
- quando da transmissão de arquivos não recebe nenhum aviso que algum dado está em falta;
- o sistema de geração do SINTEGRA é falho e não auxilia o contribuinte ao cumprimento de suas obrigações;
- o descumprimento da obrigação não acarretou nenhum prejuízo ao Fisco;
- argumenta que a legislação tributária do ICMS impõe um elevado número de alterações aos contribuintes que dificultam o acompanhamento e entendimento;

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- houve falta de entrega dos registros tipos “54” e “74”, mas que já providenciara a remessa dos arquivos SINTEGRA do mês objeto do presente recurso com a inclusão dos citados registros;

- alega que a multa aplicada tem caráter confiscatório;

Ao final, pede que seja cancelada a multa em virtude da não reincidência, e solicita os benefícios da redução da multa conforme ementas de acórdãos que cita.

Pugna para que o Conselho conceda os mesmos benefícios concedidos em decisões anteriores semelhantes ao presente caso.

### **Da Manifestação Fiscal**

O Fisco, em manifestação de fls. 27/30, refuta as alegações da defesa, alegando o seguinte:

- a consulta ao catálogo de arquivos eletrônicos anexada aos autos às fls. 04 atesta que o arquivo foi transmitido com a ausência dos registros tipos “54” e “74”;

- a infração imputada é formal e objetiva decorrente de um descumprimento de obrigação acessória imposta pela legislação tributária;

- a transmissão dos arquivos eletrônicos com as informações dos contribuintes de forma consistente permite à Fiscalização realizar auditorias com maior eficiência e celeridade;

- a multa aplicada tem amparo na legislação estadual.

Ao final, requer que seja julgado procedente o lançamento.

---

### ***DECISÃO***

Decorre o presente lançamento da constatação de que a Autuada entregou em desacordo com a legislação o arquivo eletrônico referente ao mês de fevereiro de 2010, relativo à emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais, tendo sido omitidos os registros do “tipo 54 e 74”.

A obrigatoriedade de entregar, mensalmente, os arquivos eletrônicos solicitados pelo Fisco, encontra-se prevista no art. 10 *caput* e § 5º, art. 11, *caput* e § 1º, e art. 39, todos do Anexo VII do RICMS/02, *in verbis*:

Art. 10 - Os contribuintes de que tratam o § 1º do artigo 1º desta Parte e o § 7º deste artigo manterão arquivo eletrônico referente à totalidade das operações de entrada e saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas no período de apuração, contendo o registro fiscal dos documentos recebidos e emitidos.

§ 5º - O contribuinte, observado o disposto nos artigos 11 e 39 desta Parte, fornecerá o arquivo eletrônico de que trata este artigo, atendendo às especificações descritas no Manual de Orientação previsto na Parte 2 deste Anexo, vigente na data de sua entrega.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(...)

Art. 11 - A entrega do arquivo eletrônico de que trata o artigo anterior, observado o disposto o artigo 39 desta Parte, será realizada, mensalmente, através de sua transmissão, via internet, para a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao das operações e prestações.

§ 1º - O contribuinte deverá verificar a consistência do arquivo, gerar a mídia e transmiti-la, utilizando-se da versão mais atualizada do programa validador SINTEGRA e do programa transmissor TED, obtidos no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais na internet ([www.sefmg.gov.br](http://www.sefmg.gov.br))

(...)

Art. 39 - O contribuinte fornecerá ao Fisco, quando exigido, os documentos e o arquivo eletrônico de que trata este Anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da exigência, sem prejuízo do cumprimento da obrigação prevista no artigo 11 da Parte 1 deste Anexo e do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meio eletrônico.

Note-se, pois, que a infração descrita no Auto de Infração é formal e objetiva. Desta forma, havendo o resultado previsto na descrição normativa, qualquer que seja a motivação ou ânimo do agente, tem-se por configurado o ilícito, nos termos do art. 136 do CTN que prescreve que a intenção do agente é irrelevante para a tipificação do ilícito fiscal.

O art. 10 do Anexo VII, no seu § 5º, retrotranscrito, obriga os contribuintes a entregar o arquivo eletrônico referente à totalidade de suas operações realizadas no período de apuração, contendo registro fiscal dos documentos recebidos e emitidos, atendendo as especificações prescritas no Manual de Orientação.

O art. 11, também do Anexo VII, no seu § 1º, acima mencionado, determina que o contribuinte deve verificar a consistência dos arquivos gerados e transmiti-los, via internet, para a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais.

Verifica-se do previsto no manual de orientação do usuário de sistema de processamento eletrônico de dados, constante na Parte II, Anexo VII do RICMS/02, que o registro tipo “54” deverá ser composto por contribuinte do ICMS, para cada produto ou serviço constante da nota fiscal (Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, e Nota Fiscal de Produtor, modelo 4) e/ou romaneio.

Por seu turno, o registro “tipo 74” referente às informações do inventário de mercadorias é de transmissão obrigatória “anualmente, no mês de março, juntamente com o arquivo referente à totalidade das operações e prestações de fevereiro”, conforme prescreve o item 20.1.1, parte II, Anexo VII do RICMS/02.

De acordo com o documento “Contagem de Tipo de Registro”, acostado pelo Fisco às fls. 04, verifica-se que a ora Impugnante entregou o arquivo eletrônico

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

relativo ao mês de fevereiro/10 em desacordo com a legislação vigente, tendo em vista que não continha os registros “tipo 54 e 74”.

Insta observar que os arquivos eletrônicos transmitidos por contribuintes, desde que consistentes, permitem à Fiscalização realizar auditorias fiscais e/ou contábeis com maior eficiência, sem a necessidade de manusear volumes excessivos de livros e documentos fiscais.

Cabe ressaltar que, tratando-se de matéria tributária, o ilícito pode advir do não pagamento do tributo ou do não cumprimento dos deveres instrumentais ou formais, como no caso. Em qualquer das hipóteses, verifica-se a não prestação de uma obrigação imposta pela lei ou pela legislação tributária.

Assim, restou plenamente comprovada a inobservância por parte da Autuada das normas aplicáveis à matéria, acarretando, dessa forma, a aplicação da penalidade prevista no art. 54, inciso XXXIV da Lei nº 6.763/75, *in verbis*:

Art. 54 - As multas para as quais se adotará o critério a que se refere o inciso I do caput do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

XXXIV - por deixar de entregar, entregar em desacordo com a legislação tributária ou em desacordo com a intimação do Fisco ou por deixar de manter ou manter em desacordo com a legislação tributária **arquivos eletrônicos referentes à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais** - 5.000 (cinco mil) UFEMGs **por infração**. (Grifou-se).

É de se registrar que o tipo infracional do dispositivo acima comporta cinco modalidades de delitos praticados em detrimento do controle fiscal (deixar de entregar; entregar em desacordo com a legislação; entregar em desacordo com intimação; deixar de manter e manter em desacordo com a legislação). Portanto, verifica-se que a conduta omissiva da Autuada se adéqua perfeitamente à norma sancionatória.

Dessa forma, de todo o exposto, verifica-se que restaram caracterizadas as infringências à legislação tributária, sendo, por conseguinte, legítima a exigência constante do Auto de Infração em comento.

Quanto à arguição de que a multa isolada aplicada é confiscatória, deve-se destacar que tal multa tem amparo na legislação estadual e tal alegação não encontra aqui o foro adequado para sua discussão, em face do disposto no art. 110 do RPTA/MG. Sobremais, a Constituição Federal vigente (art. 150, IV) proíbe a cobrança de tributo com características de confisco.

Entretanto, uma vez que ficou constatado que a Autuada não é reincidente conforme informação de fls. 25, que a infração não resultou em falta de pagamento do imposto e que o arquivo eletrônico foi retransmitido em 12/08/11 com os registros “tipo 54 e 74”, conforme documento de fls. 19, é cabível a aplicação do permissivo legal, conforme disposto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, para cancelar a multa isolada aplicada.

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Em seguida, também à unanimidade, em acionar o permissivo legal, art. 53, § 3º da Lei nº 6763/75, para cancelar a multa isolada. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Luiz Fernando Castro Trópia (Revisor) e Bruno Antônio Rocha Borges.

**Sala das Sessões, 27 de outubro de 2011.**

**André Barros de Moura**  
**Presidente**

**José Luiz Drumond**  
**Relator**

CC/MG